



Contribuições do ensaio teórico para os estudos organizacionais

Contributions of Theoretical Essay for Organizational Studies

Diego Luiz Teixeira Boavaⁱ
Fernanda Maria Felício Macedoⁱⁱ
Ricardo de Souza Setteⁱⁱⁱ

Resumo

O ensaio teórico consiste em uma dimensão pouco explorada no campo da pesquisa organizacional atual. Tal situação se deve a predominância da orientação funcionalista de pesquisa, que coloca como ponto central a produção de um saber embasado em relações de causa e efeito. Neste trabalho visa-se tornar claro outras possibilidades, novos caminhos, para se produzir o saber organizacional, discorrendo sobre o ensaio teórico. Nada mais correto que ensaiar sobre o ensaio, apesar da tautologia. A relevância desta proposta consiste em demonstrar que um ensaio teórico original pode representar uma revitalização da ciência.

Palavras-chave: Ensaio Teórico, Estudos Organizacionais, Ideologia.

Abstract

The theoretical essay consists of a dimension few explored in the current organizational research field. This situation occurs due to the predominance of functionality orientation of research, which places as the central point the production of knowledge based on cause and effect relationships. This paper seeks to clarify other possibilities, new ways to produce organizational knowledge, discussing the theoretical essay. Nothing more correct than to assay about the essay, despite the tautology. The relevance of this proposal is to demonstrate that an original theoretical essay can represent a revitalization.

Keywords: *Theoretical Essay, Organizational Studies, Ideology.*

ⁱ E-mail: profboava@yahoo.com.br, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto/MG [Brasil] - ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-2112-6377>

ⁱⁱ E-mail: profamacedo@yahoo.com.br, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto/MG [Brasil] - ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-2815-6771>

ⁱⁱⁱ E-mail: turop@bol.com.br, Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG [Brasil] - ORCID id: <https://orcid.org/0000-0003-3027-1613>

Recebido em: 18.03.2019
Aprovado em: 17.06.2019



Considerações Iniciais

Neste texto analisa-se uma dimensão pouco explorada na forma de se produzir ciência em administração: o ensaio. Texto crítico, que assume uma posição. Não se pretende desconstruir o que existe, nem dizer que uma forma é melhor que outra na produção científica reinante, apenas objetiva-se tornar claro outras possibilidades, novos caminhos. Para descobrir novas possibilidades é preciso ir além do que se vê. Um salto para o duvidoso, para o desconhecido e para o pouco usual e aceito pelo sistema.

O sistema, aqui designando o conjunto de significações e resignificações que os pesquisadores em administração dão a sua prática, faz com que novas possibilidades teóricas, metodológicas, ontológicas e epistemológicas sejam objeto de desconfiança, pois na pesquisa em administração buscam-se respostas, não perguntas ou dúvidas.

O leitor deste ensaio, ao fim de sua leitura, não terá uma resposta, uma conclusão. Terá talvez uma dúvida, uma inquietação, até mesmo um sentimento (que pode ser inclusive negativo). Ou seja, caso os argumentos apresentados consigam romper com os estigmas deixados pela leitura deste ensaio, tal leitor será levado a uma aporia.

O tema é apresentado por meio do diálogo socrático, através da ironia, da refutação e da maiêutica. A ironia serve para desvelar aquele conhecimento sensível e muitas vezes dogmático. A refutação busca contradizer o que habitualmente é considerado válido. Já a maiêutica deixa perguntas que ficam em aberto e que permitem um novo entendimento dos fenômenos analisados.

Em sua elaboração, faz-se um ensaio. Nada mais correto que ensaiar sobre o ensaio, apesar da tautologia. E por que fazer tal ensaio? Para se demonstrar que o ensaio teórico original pode representar uma revitalização da ciência, em tempos de predomínio ôntico. Para a administração tal fato é fundamental, em virtude dos inúmeros novos desafios da produção científica na área.

Assim, é preciso esclarecer que o campo de estudos científicos em administração é um terreno fértil para as pesquisas empíricas e teórico-empíricas, dado seu caráter positivista-funcionalista. Busca-se o aperfeiçoamento contínuo das técnicas e métodos de investigação. Assim, os pesquisadores logram êxito em contribuir com os aspectos práticos da atividade administrativa, produzindo explicações gerais sobre

fenômenos particulares, propiciando um avanço epistemológico, de certa forma, continuísta.

Difícilmente se observam rupturas, crises ou revoluções científicas (Khun, 1962) no campo, em virtude da própria constituição da área, que se mostra adepta da sociologia da regulação (Burrell & Morgan, 1979). Desta maneira, na administração pesquisam-se principalmente seus efeitos, não suas causas. No estudo sobre os efeitos, parte-se de uma realidade pré-dada e de alguns pressupostos que norteiam o modo de ver o fenômeno investigado. Para tal, o investigador elabora algumas hipóteses ou questões de pesquisa que devem ser explicadas ao longo do processo de pesquisa, culminando com a demonstração das inter-relações existentes entre o que se pesquisou com o que se espera haver na prática administrativa. Os caminhos pelos quais se podem chegar aos resultados podem ser qualitativos, quantitativos ou quali-quantitativos.

Por sua vez, os estudos sobre as causas dos fenômenos administrativos são em número reduzido, devido principalmente a ocorrência da moderna ideologia da pesquisa científica, que privilegia o denominado produtivismo em detrimento do gênio criador de outrora. Há uma cobrança constante por parte das agências de fomento, universidades e programas de pós-graduação para que os pesquisadores produzam em grande quantidade, mesmo que isso signifique pouca ou nenhuma contribuição efetiva para o avanço do saber administrativo.

Tem-se assim uma situação em que se produz por encomenda, uma espécie de linha de montagem de artigos, em que muitos pesquisadores produzem a partir de seus orientandos de pós-graduação. Caso se deseje aperfeiçoar o processo, existe a possibilidade de se atuar em rede com outros pesquisadores: se junta partes de artigos de diferentes pesquisadores. Como uma fábrica. Assim, fica muito dificultada a livre iniciativa na atual forma de se investigar o campo administrativo, pois os próprios periódicos e eventos tendem, por inércia, a reproduzir a realidade encontrada. Aquele pesquisador que pensa diferente tem três opções:

- a) se ajustar ao sistema e tornar-se um componente da denominada fábrica de artigos;
- b) continuar pesquisando em seu ritmo e a partir das concepções que acredita serem válidas;

c) desistir e ocupar-se apenas do ensino.

No caso de o pesquisador ajustar-se ao sistema, muitas vezes ele para de produzir por si mesmo, fazendo uso quase que exclusivo das pesquisas de seus orientandos, que acabam elaborando artigos e colocando o nome do orientador (muitas vezes por “exigência” dos programas de pós-graduação). Como consequência, tem-se a nivelação dos “pares”, que também pode ser interpretada como um tipo de recompensa por seu ajuste ao sistema.

Destaca-se que não há a “culpa original” em seus atos, pois ele considera que foi levado a agir desta maneira devido a estrutura que é dada, e que é anterior a sua existência.

Por sua vez, caso o pesquisador continue a trilhar o caminho da pesquisa autônoma, ele enfrentará um árduo caminho de lutas e conflitos. Isso ocorre devido ao próprio caráter constituinte da administração, que conforme visto é positivista-funcionalista. Tal positivismo-funcionalismo faz com que ocorra um tipo de sistema fechado, que acaba por excluir novas possibilidades. É como o problema do cisne na filosofia. Popper (1993) observa que muitas vezes os cientistas acreditam que explicações são apenas generalizações oriundas de análises de fenômenos particulares. Por exemplo: devido ao fato de todos os pesquisadores atuais e todos os pesquisadores do passado terem observado que só ocorrem cisnes brancos, conclui-se que só existem cisnes brancos. Basta a descoberta de um cisne preto para que se mude completamente o modo de ver o fenômeno, o que de fato aconteceu neste exemplo, no século XVIII. Assim, tal pesquisador muitas vezes acaba por travar um diálogo de surdos com seus “pares” avaliadores. Impossível de ser ouvido e ouvir. Por fim, caso desista, o pesquisador deixa de lado essa condição e volta-se apenas ao magistério, quando muito faz extensão. Torna-se frustrado, sendo alguém que apenas ocupa um cargo e que muitas vezes ministra aulas a partir do que está escrito no livro que outro escreveu, mas que considera verdadeiro, pois alguns autores parecem ser oráculos da verdade, sabedoria e revelação originais.

Destaca-se, assim, que o debate está situado. É necessário avançar na compreensão do fenômeno. Para tal apresentam-se na sequência discussões sobre o ensaio teórico na administração.

O ensaio teórico e a administração: possibilidades e interações

Conforme demonstrado na seção anterior, são quatro os paradigmas principais em administração, sendo os mais proeminentes aqueles que defendem a ciência social objetiva, especialmente o funcionalismo. Todavia, destaca-se que a realidade no campo não é exclusivamente funcionalista, mas também. Isso significa que ao focar apenas em aspectos estruturais e sistêmicos do campo, os pesquisadores visualizam partes dos fenômenos, não os fenômenos mesmos.

Ocorre assim que o rigor positivista, com suas induções, deduções, quantificações e explicações gerais é insuficiente para uma compreensão plena das origens, desdobramentos e consequências oriundas da existência do ramo do saber administrativo.

Primeiramente, para haver uma compreensão holística da administração, deve-se considerar sua origem, que se revela como uma prática do homem em suas relações sociais. Assim, apresenta uma multiplicidade de sentidos que o rigor positivista não logra êxito em compreender adequadamente, mas somente explicar. Dito isto, cumpre esclarecer que antes de se buscar um estatuto epistemológico da área é preciso captar os sentidos inaparentes da prática do ser-que-administra e do fazer ciência em administração.

Todavia, tal ação é ocultada pelos aspectos subjetivos que os homens administrador e pesquisador apresentam. Deste modo, a administração como área autônoma do conhecimento fica a mercê de investigações explicativas de caráter geral. Ocorre que a ideologia capitalista e o funcionalismo fazem com que a Academia e os pesquisadores somente considerem administração aquilo que o establishment ditar como correto. Assim, nas escolas, na literatura, nos discursos e nas investigações observa-se um enviesamento, no sentido de se abordar a temática a partir de uma visão anglo-saxônica redutiva. Redutiva, pois se limita à análise a partir de certas premissas, desconsiderando indagações transcendentais, focando apenas as imanentes. Assim, por exemplo, não se sabe ou não se busca saber como e por que a administração ocorre no cotidiano das pessoas, nas mais variadas esferas da vida social, apesar de haver algumas (incipientes) pesquisas com essa temática.

Isso decorre devido ao fato de a administração ocorrer no mundo da vida, de forma espontânea, não teórica. Uma manifestação, um modo de ser, uma prática. O mundo da vida consiste na experiência, no pré-dado antes da ciência. Husserl (1970, 2002) é quem introduz o termo. O mundo da vida é o lugar em que acontece a fundação da experiência, antes da predicação. É nele que o homem adquire o conhecimento.

Assim, o mundo da vida é o início da experiência concreta, sendo comum a todos os homens e dotado de historicidade. A ciência se esquece dele, na busca de rigor e lógica. O homem cientista busca suas respostas objetivantes por meio de processos que desconsideram sua existência, sendo um pretense observador neutro e objetivo. A organização, então, adquire objetividade, para este cientista positivista, sendo passível analisá-la de forma coerente. Desenvolvem-se teorias, métodos etc. Contudo, não se esclarece que a organização apenas deriva de algo além dela.

Na verdade, a organização e a administração surgem do mundo da vida, que se torna o fundamento originário do sentido da prática administrativa, sendo que o homem acessa o conhecimento por meio dele. Nessa perspectiva, a administração origina-se neste mundo de forma pré-teórica. Isto explica que a atividade sempre ocorreu na história da humanidade, independentemente do interesse em pesquisá-la ou classificá-la. Apenas o estudo científico é recente. Esquecer tal fato resulta em imprecisões e incorreções, com resultados significativos para sua compreensão.

Novamente observam-se as consequências do positivismo para uma adequada compreensão do fenômeno administrativo. Ferraz (2004), resgatando a fenomenologia, demonstra que é no mundo da vida que se opera a prática dos homens. O que vale é o vivido intuitivamente, mas que a ciência desconsidera.

Bertero (2011), analisando o processo de produção do conhecimento em administração e a questão dos ensaios teóricos, observa

Basta que se leiam nossos artigos e as teses e dissertações que são aprovadas por nós em bancas julgadoras. Elas sempre incluem uma parte chamada de teórica. O que lá encontramos é um primitivo e rudimentar *copy and paste*, cujos méritos devem ser creditados mais à Microsoft, Bill Gates e certamente ao Google do que aos autores das teses e dissertações. Mesmo que as nossas chamadas revisões teóricas apresentassem bom resumo, devidamente articulado das ideias e teorias de vários autores ou escolas, ainda estaríamos distantes do que seria ensaio teórico (Bertero, 2011, p. 342).

Constatação corroborada por Kothe (2011), que completa

Quem escreve, sob a imposição do “fetiche citacional”, fica praticamente proibido de pensar por conta própria. Se a verdade está sempre no que “o outro disse”, o autor não pode dizer nada por si. A todo momento ele pode ser questionado: “Quem disse isso?” Se não foi outro que disse, e publicou, não vale. Do outro deveria ser, então, exigido o mesmo, ou seja, que ele só citasse fontes, sem pensar nada novo por si. Assim, nada novo poderia ser dito, nada poderia ser dito, pois não haveria começo. Esse é um modo de proibir que se pense, fazendo de conta que se está querendo fomentar que se pense. Trata-se do princípio da escolástica medieval do “magister dixit” (Kothe, 2007, p. 44).

Meneghetti (2011b, p. 344-345) vai além, afirmando que na administração existem os denominados compiladores de ideias, que em nome do produtivismo revestem-se de vestes tayloristas e buscam quantidades suficientes de artigos para a obtenção de bolsas de produtividade. Assim, os artigos possuem o mesmo fundamento teórico e autores. Os alunos, no caso, devem submeter-se a conceitos prévios e definidos, apenas para comprovar aquilo que o que professor orientador acredita ser válido.

Existe ainda outro tipo de pesquisador, continua Meneghetti (2011b, p. 344-345), que aperfeiçoa o modelo taylorista. Tal pesquisador é adepto do toyotismo e faz uso de grupos semiautônomos, onde cada pesquisador redige uma seção da investigação, para posterior acabamento na linha de montagem (finalização do artigo). Tal artigo, assim, é enviado a algum periódico que possa propiciar pontos para o seu currículo Lattes. Ou seja, a ideologia existente dita os rumos das pesquisas. Mas, o que é a ideologia?

Chauí (2001) observa que a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações de ideias, valores e regras de conduta que mostram o caminho e prescrevem aos membros da sociedade o que e como devem pensar, o que e como devem agir e o que e como devem sentir.

Assim, a ideologia consiste em um método de controle e disseminação dos ideais e ideias de um grupo dominante. No caso da administração, o modo de produção capitalista é o balizador das condutas, tanto de administradores quanto de pesquisadores.

Tragtenberg (1971), por exemplo, analisa a teoria em administração tecendo duras críticas ao *mainstream*, considerando que ela é:

[...] ideológica, na medida em que traz em si a ambiguidade básica do processo ideológico, que consiste no seguinte: vincula-se ela às determinações sociais reais, enquanto técnica (de trabalho industrial, administrativo, comercial) por mediação do trabalho; e afasta-se dessas determinações sociais reais, compondo-se num universo sistemático, organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia (Tragtenberg, 1971, p. 20).

Logo, a ideologia conforma o aspecto funcionalista da atividade. Assim, os modos de aparição do fenômeno são estudados de duas maneiras: a via ôntica e a via ontológica.

Tradicionalmente, a ciência ocupa-se da primeira, ao passo que a filosofia se centra na segunda. Ao se investigar aspectos que se relacionam ou pertencem ao administrar e suas características – ôntico –, em detrimento de elucidar a partir da reflexão sobre o sentido abrangente do administrador como aquilo que torna possível suas múltiplas existências – ontológico –, os pesquisadores observam partes da realidade (efeitos, não as causas).

Aquele investigador que baseia seus estudos em características ônticas, após rigorosos testes estatísticos e profundas análises, diz: a decisão na administração é tomada considerando-se os recursos, as informações e as ferramentas disponíveis. Tal afirmação, baseada em rigorosos métodos quantitativos, é inequívoca. Fundamenta-se na ciência. Já o investigador ontológico indaga: o que é uma ação voluntária? O que é uma deliberação? Tais termos existem em si e por si mesmos ou são discriminações sobre as ações humanas? O que é possibilidade? O que é existência?

Mas, qual a diferença entre ambos? É o modo de aparição do fenômeno (como ver). Para os cientistas, há necessidade de se apresentar uma realidade, conceber dúvidas sobre a mesma e a partir disso fazer problematização científica. Eles, então, recorrem a uma ou mais teorias e fazem uso de um ou mais métodos para responder a pergunta que efetuaram sobre o problema. É o cogito, ergo sum de Descartes. Já a ontologia é diferente. Pesquisa a partir de outro ponto de partida. Essa ontologia utiliza a analítica existencial, que somada a derivados existenciais adequados possibilitam descrever aspectos essenciais ônticos. Assim, os problemas ônticos podem ser formulados e resolvidos de diferentes modos de ser do homem no mundo e não a partir dos pressupostos reducionistas, objetificantes, deterministas e empiristas da ciência natural (Loparic, 1999).

Deste modo, conhecer e determinar com precisão as categorias ontológicas e suas respectivas estruturas ônticas é fundamental para se progredir no estudo da administração. Sem isso não há solução para o esclarecimento do campo.

Todavia, a ideologia dominante acaba suprimindo a liberdade intelectual de muitos pesquisadores, que para publicarem suas investigações acabam sucumbindo às facilidades da forma tradicional de fazer ciência (paradigma funcionalista vigente). Aqueles que pensam “fora da caixa” são chamados de teóricos críticos, como se pensar diferente reunisse as condições necessárias e suficientes para ser reflexivo, mas muitas vezes são críticos no papel, não nas aulas ou nas orientações. Ou seja, são pseudocríticos, os chamados refugiados do positivismo-funcionalismo. Analogamente, seria como considerar críticos todos os adeptos da fenomenologia e não somente os existencialistas, os quais verdadeiramente são.

Em suma, a ideologia é conformadora do funcionalismo na administração, produzindo como efeito mais visível um reducionismo essencial, no modo de se pensar a temática. Como resultado, tem-se o organilismo, que faz com que a atividade aparente ser uma coisa que ontologicamente não é. Seria o mesmo que considerar a eletricidade como o choque elétrico e não o fenômeno natural que envolve a existência de cargas elétricas estacionárias ou em movimento, originando-se da interação de tipos de partículas subatômicas.

E como romper com tais grilhões que acabam por determinar um modo inautêntico de se pesquisar os fenômenos administrativos? Haverá saída para a situação?

Pra romper com tal situação existem muitos caminhos, inclusive dentro do próprio positivismo-funcionalismo. Neste sentido, o típico pesquisador adepto de tal paradigma pode avançar em seus estudos, indo além de análises triviais e que pouca contribuição traz ao campo, conforme visto. Assim, por exemplo, ele pode pesquisar os fenômenos fazendo uso de diversas ferramentas existentes, como a) Modelagem de equações estruturais; b) Lógica Fuzzy; c) Modelagem matemática; d) Teoria dos grafos, e) Equilíbrio de Nash etc. Com tal avanço, é possível não apenas explicar o campo, mas buscar-se teorizações constituintes.

Deve-se lembrar que a matemática, a física e a biologia têm muito a oferecer aos pesquisadores em administração. Basta dominar suas ferramentas.

Outro caminho possível consiste no ensaio teórico, que em administração e em diversas áreas das chamadas ciências sociais aplicadas é pouco usado.

O criador desta modalidade de texto foi o filósofo francês Montaigne, no século XVI. Tal autor, no livro *Essais*, elaborou reflexões sobre os acontecimentos que lhe sucediam

Contemplando o trabalho de um pintor que tinha em casa, tive vontade de ver como procedia. Escolheu primeiro o melhor lugar no centro de cada parede para pintar um tema com toda a habilidade de que era capaz. Em seguida encheu os vazios em volta com arabescos, pinturas fantasistas que só agradavam pela variedade e originalidade. O mesmo ocorre neste livro, composto unicamente de assuntos estranhos, fora do que se vê comumente, formado de pedaços juntados sem caráter definido, sem ordem, sem lógica e que só se adaptam por acaso uns aos outros [...]. Quanto ao segundo ponto fiz, pois, como o pintor, mas em relação à outra parte do trabalho, a melhor, hesito. Meu talento não vai tão longe, e não ousou empreender uma obra rica, polida e constituída em obediência às regras da arte (Montaigne, 2004, p. 177-178).

Fica evidente, então, que o ensaio é algo inabitual. Busca-se aquilo que é incomum, o não contemplado, o novo. Ricoeur (1988), por exemplo, demonstra que na interpretação de um texto há uma libertação das palavras do indivíduo que escreve, quando da leitura por outrem. O indivíduo que escreve contribui com as palavras, e o leitor com a significação.

Todavia, atualmente o ensaio mostra-se pouco utilizado, em função da positividade científica. Adorno (2003) observa:

A atualidade do ensaio é a do anacrônico. A hora lhe é mais desfavorável do que nunca. Ele se vê esmagado entre uma ciência organizada, na qual todos se arrogam o direito de controlar a tudo e a todos, e onde o que não é talhado segundo o padrão do consenso é excluído ao ser elogiado hipocritamente como "intuitivo" ou "estimulante"; e, por outro lado, uma filosofia que se acomoda ao resto vazio e abstrato, ainda não completamente tomado pelo empreendimento científico, e que justamente por isso é visto pela ciência como objeto de uma ocupação de segunda ordem. O ensaio tem a ver, todavia, com os pontos cegos de seus objetos. Ele quer desencavar, com os conceitos, aquilo que não cabe em conceitos, ou aquilo que, através das contradições em que os conceitos se enredam, acaba revelando que a rede de objetividade desses conceitos é meramente um arranjo subjetivo. Ele quer polarizar o opaco, liberar as forças aí latentes. Ele se esforça em chegar à concreção do teor determinado no espaço e no tempo; quer construir uma conjunção de conceitos análoga ao modo como estes se acham conjugados no próprio objeto (Adorno, 2003, p.44-45).

Especificamente na administração, tem-se que a razão funcionalista acaba por obscurecer uma adequada compreensão dos fenômenos. Mas, qual sua origem? A resposta é: a ilusão. No campo se pesquisa predominantemente algo que não é real, mas

sim as aparências, o vir-a-ser. Assim, as funções existentes na administração são manifestações (aparições) de um fenômeno, não o fenômeno em si.

A ilusão é um tema muito debatido na filosofia. Kant (1781) contribui com o tema ao apresentar três tipos de ilusão:

- a) Ilusão metafísica: erro de pensamento, por exemplo, atribuir realidade objetiva às ideias da razão (Deus, mundo, alma). Influência de fatores externos.
- b) Ilusão lógica: erro de juízo, por exemplo, uma falácia. Influência de sofismas e argumentos inconsistentes.
- c) Ilusão física: erro de sentido, por exemplo, um bastão que parece se curvar quando imerso em água. Influência da imaginação sobre o pensamento.

Observa-se que muitos estudos na administração são oriundos de ilusões metafísicas e lógicas, devido à compreensão equivocada de pesquisadores sobre os fenômenos, sobre a ciência e sobre o método etc. Guerreiro Ramos (1981) foi pioneiro em observar tais aspectos.

A ilusão da razão funcionalista faz com que os avanços epistemológicos sejam obstaculizados. Não obstante, a própria Academia percebe o surgimento de novos horizontes de investigação, como a adoção do paradigma interpretacionista. Destaca-se que o funcionalismo busca a manutenção do status quo, não sua transformação ou ruptura.

O ensaio possibilita tal transformação ou ruptura, devido a sua própria característica libertadora. Bertero (2011) observa

[...] se o pesquisador nada tiver de relevante, novo ou rejuvenescedor a dizer, falará sobre seus dados ou achados; assim, o trabalho será feito e todos caminham para um final feliz. Felizes ficarão o autor, o programa de pós-graduação, a agência reguladora e os periódicos que continuarão com longas filas de textos aguardando avaliação e publicação. Mas se encaramos o ensaio, as coisas se alterarão substancialmente. No ensaio temos apenas o ensaísta com suas ideias, sua bagagem de cultura e conhecimentos e a reflexão acumulada sobre o tema que escolheu abordar (Bertero, 2011, p. 339).

Destaca-se que a constituição funcionalista da administração deriva (em grande parte) das técnicas empregadas pelo administrador. Ou seja, é por causa da técnica que a investigação em administração tem predomínio funcionalista. Em outras palavras, é o modo de ver o fenômeno, ditado por imperativos praxeológicos e técnicos.

Por sua vez, como visto, a razão funcionalista é uma ilusão. Tal ilusão mascara a real essência da administração, que não se constitui como uma técnica, mas sim como controle e que surge como uma prática subjetiva do administrador.

A administração como controle sinaliza que o campo consiste em uma atividade em que lutas pelo poder são recorrentes. O administrador tenta maximizar os recursos disponíveis, de forma a obter o maior rendimento.

Todos aqueles que não são os administradores (fornecedores, empregados etc.) tentam barganhar por maior retorno. Surgem assim os conflitos.

Há ainda a figura do dono do capital, quando não é o próprio administrador instituído, que permanece como uma eminência parda, e que de fato administra os rumos da organização, em termos estratégicos.

Mas a ciência e seus métodos tradicionais não logra êxito em esclarecer por completo tais fenômenos. Meneghetti (2011a), analisando as possibilidades do ensaio, observa

Na administração em que o imperativo da objetividade domina a produção de conhecimento, o ensaio é importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio da relação intersubjetiva. Todavia, há dificuldades visíveis, devido à tendência totalitária em acreditar que o método científico é o único que pode levar à administração o verdadeiro conhecimento (Meneghetti, 2011a, p. 331).

Com tais explicações, observa-se que o campo administrativo tem no ensaio um importante instrumento de análise. É importante, assim, que haja ensaístas capazes de produzir reflexões que tragam novos pontos de vista e que sejam criativos o suficiente para pensar além do tradicional e o óbvio.

Mas, o que é o ensaio?

Definições e análises sobre ensaio são tão variadas quantos os autores que refletem sobre a temática.

Para fins de contextualização, elencam-se na sequência algumas considerações. Starling (2004) anota

A rigor, ensaios são uma forma de exposição que desconfia do sentido definitivo ou único dos acontecimentos e das ideias, apresentado pela teoria ou pela história, perseguem as condições de acesso ao que neles foi preterido, eclipsado ou anulado como inútil, e reconhecem o heterogêneo, o dissonante, ou fragmentário como um método para interrogar o presente (Starling, 2004, p.6).

Por sua vez, Rebouças (2008) analisando a perspectiva foucaultiana diz que

A atividade filosófica, enquanto trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento, tem no ensaio sua forma de expressão privilegiada. Crítica como vigilância antidogmática, recuperando o primeiro sentido da própria filosofia, em sua recusa do mito e do dado. Crítica que não pode ser vista desatrelada do engajamento, postura cara à Foucault e outros filósofos contemporâneos. O engajamento reflete a ascese, reflete a clivagem do pensamento sobre si e no ensaio o engajamento é explícito. Um discurso assumido, rajado de marcas autorais, experiências pessoais (Rebouças, 2008, p. 3204).

Sanseverino (2004) constata que o ensaio

[...] surge da reflexão solitária, de alguém que olha atentamente para seu objeto por diversos ângulos. Isso nos faz indicar outro traço fundamental do ensaio, seu caráter de mediação. Ao contrário de se anular como sujeito, o ensaísta se interpõe entre a palavra e o objeto representado. Seu conhecimento surge de suas escolhas e de seus interesses, às vezes arbitrários, às vezes casuais, mas sempre de modo parcial, limitado, subjetivo e frágil – sem que essas sejam características negativas. No ensaio, há uma posição contrária à busca da palavra exata e adequada para representar a realidade, porque não há possibilidade de alcançá-la. Contra a homogeneidade do discursivo, que esconde a presença do sujeito que o construiu, o ensaísta vem para primeiro plano, criando uma variação da distância entre sujeito (narrador/ensaísta) e objeto (referente), mostrando a impossibilidade de uma representação neutra (Sanseverino, 2004, p. 99).

Adorno (2003) diz

O modo como o ensaio se apropria dos conceitos seria, antes, comparável ao comportamento de alguém que, em terra estrangeira, é obrigado a falar a língua do país, em vez de ficar balbuciando a partir das regras que se aprendem na escola. Essa pessoa vai ler sem dicionário. Quando tiver visto trinta vezes a mesma palavra, em contextos sempre diferentes, estará mais segura de seu sentido do que se tivesse consultado o verbete com a lista de significados, geralmente estreita demais para dar conta das alterações de sentido em cada contexto e vaga demais em relação às nuances inalteráveis que o contexto funda em cada caso. O ensaio não apenas negligencia a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal dessa certeza. Torna-se verdadeiro pela marcha de seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados (Adorno, 2003, p. 30).

Como verificado, o ensaio é um importante caminho para a produção autônoma de conhecimento, que não se prende a formalismos e amarras que tradicionalmente existe no fazer ciência. Quando se impede, mediante rígidas regras de formatação, o livre criar e refletir os fenômenos que se investiga, há uma impossibilidade objetiva de transcender o óbvio, a menos que se faça uso, por exemplo, de rigorosas transposições da matemática, física, biologia etc. Mas isso não ocorre com

frequência, pois os próprios pesquisadores buscam, muitas vezes, dizer obviedades, que são mais seguras para se obter aprovação.

Estabelece-se um sistema de citações cruzadas (do tipo A cita B e C, em contrapartida B e C citam A). Softwares como o SPSS, Minitab etc. possibilitam que um mesmo banco de dados produza n artigos, apenas se mudando o foco. Assim, mantém-se o “miolo” do artigo, substituindo-se o início e o final. O adequado seria que primeiro se fizesse uma teorização, para depois se verificar em campo se ela é real ou não. O ensaio permite isso. Hipoteticamente, seria como afirmar que o marketing tem como essência a manipulação, sendo composto de uma provocação, sustentada pela argumentação visando a consumação. Uma teoria tridimensional elaborada na forma de um ensaio.

Os autores referenciados apenas servem para reforçar dado ponto de vista, conversam entre si. Não são autoridades suprassensíveis que tudo sabem devido a sua condição de gênios da sabedoria. Porém, caso se submeta tal ensaio a um evento ou a um periódico, os “pares” podem avaliar o trabalho e indagarem ao autor porque ele não cita Kotler, tão destacado pesquisador, ou ainda qual a origem da afirmação que a essência do marketing é a manipulação, acabando por reprovar o texto. Por exemplo, para fins de debate, apresenta-se a seguir a avaliação de um “par” relacionado a submissão de um artigo para um evento da ANPAD, que foi reprovado. O avaliador faz observações sobre autores e deixa implícito que não há originalidade ou inovação no ensaio.

Seu tópico escolhido é de alto interesse [...] Por outro lado, este tópico já foi tratado anteriormente na literatura. Portanto, não fica clara qual a lacuna de pesquisa que você almeja preencher com o seu trabalho. Em outras palavras, a contribuição que você almeja não está clara. Especificamente: o seu trabalho tem como objetivo servir apenas como uma revisão da literatura, ou você almeja trazer uma inovação para a literatura? O pesquisador original sempre busca trazer uma inovação, que permite um determinado ramo da literatura se desenvolver em novas direções. Seguindo Schumpeter ou Kirzner, o autor pode criar inovações através de novas combinações de elementos já existentes. Outra implicação de não deixar claro qual a contribuição almejada de um trabalho, é que não se consegue endereçar a pergunta: por que este trabalho é importante? Boa sorte com o refinamento do seu trabalho! (Avaliador Anônimo 1)

O avaliador 2 disse apenas que “O ensaio traz a tona a discussão terminológica e histórica a partir da visão filosófica e nesse sentido articula-se bem”.

No ano seguinte, o mesmo ensaio (sem nenhuma modificação) foi enviado a outro evento também da ANPAD, sendo indicado ao prêmio de melhor trabalho.

Por oportuno, apresentam-se as avaliações:

Este é um dos melhores trabalhos [...] que li. O (s) autor (es) fazem uma reflexão profunda sobre a origem do termo e sua aplicação em diversas situações e jogos de linguagem. É de uma pertinência ímpar. [...] Parabéns! Vou guardar esse texto para futuras citações (Avaliador Anônimo 1).

Excelente trabalho, apresenta uma nova visão e dimensão [...], além das fronteiras onde usualmente navegamos. Contribuição relevante (Avaliador Anônimo 2).

Trata-se de um texto que nos ajuda a entender a origem e a evolução do conceito [...]. Os autores demonstram conhecimento das várias vertentes associadas a este conceito e constroem uma discussão ampla [...] (Avaliador Anônimo 3).

O mesmo artigo, na sequência, foi enviado a um periódico, sendo novamente reprovado. Os avaliadores afirmaram:

O tema é relevante. Essa discussão necessita ser realizada na Academia. No entanto, o texto apresenta uma série de questões a serem colocadas: - Falta uma lógica na sua construção. O autor passa de um período da história para outro sem uma ligação que esclareça o leitor. - A evolução histórica dos conceitos [...] apresentam várias repetições. - Os conceitos [...] frequentemente são confundidos. Em alguns parágrafos o autor passa de um conceito a outro sem os diferenciar. - Afirmações fortes [...] que aparecem no texto, merecem explicações, referências, sem as quais o caráter científico do texto fica comprometido. - A sequência lógica apresentada [...] não ficou clara. Afirmações de causa e efeito necessitam ser teoricamente aprofundadas, assim como realizadas com base científica. (Avaliador Anônimo 1)

O avaliador 2 disse apenas

- Não há explicação de como foi realizada a pesquisa e qual foi a metodologia seguida.
- Não há destaque para os objetivos e o problema de pesquisa. - Embora apresente uma interessante discussão sobre a origem do [...], o texto é repetitivo e um pouco confuso. Faz críticas ao ensino e à literatura [...] sem fundamento. O trabalho fere algumas regras da ABNT (Avaliador Anônimo 2).

Tal situação (aprovação-reprovação) é muito comum na Academia. Os editores dos periódicos situam-se em uma difícil posição, pois muitas vezes apreciam um trabalho e gostariam de publicá-lo, mas o enviam para avaliadores que acabam por reprová-lo, pois

- a) não compreendem o que está escrito;
- b) ficam centrados em aspectos formais (ABNT, aspectos metodológicos etc.);
- c) apresentam visão de mundo distinta dos autores, só aceitando “suas”

verdades

d) tem alguma desavença com os autores (em certas áreas é possível saber quem é autor de determinado trabalho mediante análise do texto e da abordagem utilizada).

Como então se processa a avaliação dos artigos? Será que o processo de avaliação consegue realmente avaliar? Ou será que ao invés de juízos de fato somente há juízos de valor?

O pesquisador que opta pelo ensaio faz uma escolha consciente que não será bem recebido pela Academia. Isso porque haverá sempre um elemento catártico no processo leitura-avaliação. Ou seja, ou o avaliador conseguirá se libertar da visão estereotipada de mundo que habitualmente existe na administração ou vai se “revoltar” contra o autor do ensaio e reprová-lo. Um bom ensaio deixa marcas indeléveis, deixa cicatrizes e estigmas em que lê, provoca mudanças e atitudes incomuns.

Visão corroborada por Meneghetti (2011a):

O ensaio na administração possibilita a transgressão lógica, tão importante para o rompimento com a razão tradicional, alicerce da ciência tradicional. Os ensaístas da administração são convidados à experimentação do objeto por meio da reflexão negativa, com o princípio da não-identidade. O ensaio convida também o leitor da área a participar dele. Na medida em que o leitor o lê, ele por si só reflete a realidade motivada pelas concordâncias e discordâncias dos argumentos desenvolvidos. Por meio do ensaio, o leitor é provocado e mobilizado na sua subjetividade, para concordar ou discordar com o movimento reflexivo que ocorre no percurso da leitura. Nele não há o deslumbramento, que induz o leitor à ilusão, mas o movimento de criar a sensação de desconforto e insatisfação com o que o leitor se depara ao longo da leitura (Meneghetti, 2011a, p. 331)

Assim, na administração, o ensaio configura-se como um invasor, um bárbaro que não respeita muito a ordem e o equilíbrio constituídos. Às vezes, inclusive, saqueia, pilha e provoca o sistema vigente. Mas não o faz por desrespeito ou negação, mas sim por buscar o esclarecimento. Ele é o cisne preto, aquele ente que surge para fazer com que os pressupostos dominantes sejam desmascarados em sua ingenuidade.

A análise de Bertero (2011) foca bem a questão

Na área de administração muitas contribuições [...] tiveram a forma de ensaios. Lembremos autores como Peter Drucker, cuja obra é ensaística. O homem considerado até hoje o pai do management fugiu inteiramente à tradição da educação em administração norte-americana. Oriundo da Áustria, e pertencendo a uma geração que ainda não necessitava de titulação propiciada por mestrados e doutorados, teve uma produção que nunca se dirigiu aos periódicos considerados científicos da área. Contribuições originais de Drucker para a administração, como o conceito de *Management by objectives* (MBO), organizações intensivas em conhecimento (*knowledge intensive organizations*), o trabalhador do conhecimento

(*knowledge worker*), foram todos conceitos e ideias desenvolvidos e comunicados sob a forma de ensaios. Se tomarmos ainda o conhecido artigo de James March (1991), em que faz a distinção entre *exploration* e *exploitation* e seu conhecido conceito de *garbage can* (Cohen & March, 1972), encontramos-nos também diante de ideias que fizeram avançar a área e que foram produzidos na forma de ensaios. Se nos voltamos para a área de estratégia empresarial, constatamos que o que hoje se conhece como *Resource Based View* (RBV) foi o resultado de uma série de ensaios, a começar pelo clássico artigo de Coase (1937) sobre a teoria da firma (Bertero, 2011, p. 340).

Adorno (2003) vai além

[...] a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível (Adorno, 2003, p. 45).

Portanto, o ensaio mostra-se uma possibilidade do pensamento, uma via de acesso aos fenômenos que subjazem no que há de mais puro da administração: a verdade mascarada por uma ideologia romantizada e enviesada, que só considera verdadeiro o que alguém escreveu ou que aquilo que os donos do capital ditarem.

Como fazer a administração ser uma ciência se muitos de seus pesquisadores comportam-se apenas como técnicos? A tecnocracia vigente tolhe o gênio criador, na medida em impede a reflexão de pensadores autônomos.

Há muito de sofisticado na forma atual de se pensar a administração. Será que o sistema, encarnado em muitos de seus pesquisadores, acredita que Protágoras tinha razão ao dizer que "O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são." Ou seja, a verdade é apenas o relativismo que considera válido somente o funcionalismo, a pseudocrítica ou o discurso ingênuo?

Ou a verdade transcende o imediato, apesar de estar obscurecida por um modo de ver técnico e limitativo?

São questões como essas que um ensaísta pode explorar. A estrutura, ou melhor, a superestrutura da administração mascara e esconde a simplicidade de seus fenômenos, que se mostram para aqueles que querem ver.

Já foi dito que quando se está com uma trava no olho, deve-se arrancar o olho, não a trava. Pensar diferente conduz a uma realidade diferente. Qualquer um pode fazer isso, basta ter consciência de que primeiro a pessoa existe, para depois definir sua essência, como já observou Sartre. Só que os homens vivem uma existência inautêntica,

baseada no falatório, como observa Heidegger. Ou ainda imersas na atitude natural, sem grandes reflexões e possibilidade, como nota Husserl.

Assim, perguntas do tipo: como se adquire o conhecimento?; o que é a realidade?; o que é a verdade etc. são demasiadas abstratas para uma análise. Há um contentamento em saber (mesmo assim de forma superficial): como aumentar a eficiência?; qual a relação entre propaganda e vendas? etc.

Não obstante, no horizonte longínquo vê-se uma pequena, mas intensa, luz que atua como um farol para os pesquisadores que desejem ir além do funcionalismo: o ensaio.

Muitas vezes o trabalho do ensaísta é análogo a do pregador no deserto: fala-se, mas parece que ninguém está ali para ouvir. Vez ou outra surge um beduíno, um mercador, um viajante que para e ouve suas falas. Alguns riem dele, outros deboçam. Mas, em algum momento, uma dessas pessoas compreende a mensagem e busca proceder a catarse mencionada anteriormente.

Não se pode esquecer o que aconteceu com Sócrates: por causa de suas palavras, acabou morto por seus “pares”. Mas hoje, seus assassinos estão anônimos e Sócrates ainda é uma referência. No fim, vale o que foi dito e mostrou-se verdadeiro, não palavras vãs e sem sentido, mas que são aceitas por serem politicamente corretas e não atentarem contra o sistema dominante.

Quem escreve com temor, na ciência ou na filosofia, não progride, pois estará atuando de forma a satisfazer a necessidade dos outros, não busca compreender os fenômenos ou satisfazer sua curiosidade. Foge ao debate, aceita a estrutura e sucumbe à forma, não ao conteúdo.

Encerra-se este texto com a triste constatação feita por Bertero (2011), que com muita propriedade sintetiza tudo o que foi explicitado neste texto.

Poucos são suficientemente dotados para gerar teorias sob a forma de ensaios teóricos. Diria, com alguma crueldade, que a maioria de nós completa sua jornada neste planeta sem jamais ter tido uma ideia própria ou original. Muitas vezes, se consegue grande sucesso, particularmente na academia, repetindo, não necessariamente com brilhantismo e capacidade, as ideias e teorias dos outros (Bertero, 2011, p. 342).

Será que na administração não haverá espaço para a criatividade e a inovação?

Considerações finais

Ao longo deste ensaio foram levantadas algumas considerações gerais sobre o fazer ciência em administração. Procurou-se exemplificar os argumentos apresentados para que o leitor verifica-se que o ver deve-se articular com o pensar. Ou seja, é necessário em um ensaio um engajamento consciente por parte de seu autor.

Não basta apenas explicar os fatos, deve-se descrevê-los e interpretá-los. O campo de estudos administrativos está há tempos subjugado pelo funcionalismo, e talvez sempre estará, pois a administração em si é também funcionalista, sua face mais visível e acessível (Boava, Macedo & Sette, 2014).

Porém, o ensaio teórico tem seu campo de ação obstaculizado pelo modo redutivo de se pensar a administração. Os “pares” muitas vezes atuam como um “grande irmão” que a tudo vigia e sabe, não possibilitando que indagações pouco fundamentadas empiricamente sejam divulgadas e discutidas, pois isso pode representar uma afronta ao dogma vigente.

Afinal, existem alguns autores que possuem, a exemplo do Papa católico, o dom da infalibilidade. O que é algo deveras ingênuo acreditar. Fazendo um paralelo com a filosofia, mesmo alguém como Aristóteles comete seus deslizes. Assim, apesar de sua acurada capacidade de observar os fatos empíricos e sua prática científica (incluindo dissecações de animais, mas não de pessoas) acreditava ele que o cérebro era frio, que mulheres tinham menos dentes que os homens, que o homem possuía um só pulmão etc.

Todavia, o ensaio não possui todas as condições necessárias e suficientes para, por si mesmo, esclarecer por completo todos os fenômenos existentes. Sempre existem aqueles fenômenos que só são acessíveis mediante métodos quantitativos.

O problema é querer-se investigar fenômenos que podem ser tratados de forma ensaística com quantificações e vice-versa. Neste ponto, deve o pesquisador possuir discernimento suficiente para compreender que a realidade é única, sendo que as aparições fenomênicas são particulares. Por exemplo, pode-se buscar compreender qual o motivo das existências das firmas de outra forma que não aquela elaborada por Coase (um ensaio)? Poder-se-ia ir ao campo, com um questionário estruturado,

investigando 2457 empresas e o resultado seria o mesmo? Que tipos de perguntas estariam contidas neste questionário? Seria alguma hipótese relacionada aos custos?

Alguns podem até pensar que é possível. Mas pegue-se então um exemplo da física. Einstein elaborou toda sua física de forma teórica, mediante cálculos e análises sem correspondente imediato no mundo “concreto”. Muitos duvidaram da validade de seus pensamentos, inclusive outros físicos passaram anos tentando provar que ele estava errado. No fim, estava certo. Seria possível haver as teorias de Einstein somente a partir de observações empíricas?

Aquele que enxerga sem óculos, quando faz uso dele, vê imagens diferentes, que muitas vezes causam tonturas e mal-estar. Basta retirar os óculos que tudo volta a normalidade. O ensaio, neste caso, são os óculos.

Óculos que precisam ser ajustados a cada indivíduo. Uns têm miopia, outros tem astigmatismo, há ainda aqueles que não necessitam de óculos, que veem as coisas como elas são, não como parecem ser.

Logo, o ensaio para ser elaborado, lido e compreendido precisa da boa vontade dos envolvidos. Deve-se deixar de lado esquemas, preconceitos e julgamentos prévios. Nesta situação, a intuição é fundamental. É ela que age como fio condutor, que faz a ponte entre o fantástico e a realidade, entre a potência e ato. Nesta perspectiva, a fenomenologia é fundamental, pois seu instrumento de trabalho é justamente a intuição e a consciência doadora originária. Só que falar de tais coisas para um estruturalista ou um marxista faz com que haja um diálogo de surdos, já mencionado anteriormente.

É a tal incomensurabilidade paradigmática, que tolhe o acesso ao fenômeno. Observe-se o rosa, o vermelho e o roxo. São três cores, que no fundo têm uma essência em comum. Mas, a depender de como o pesquisador enxergue a realidade, defenderá até o fim que são cores diferentes.

É preciso então, neste caso, descrever aquelas estruturas que fazem as três cores possuírem na verdade apenas uma matriz primária. Quem sabe seja possível convencer os outros. Apresenta-se assim um importante componente do ensaio: sua finalidade. Quem escreve, escreve para alguma coisa e não necessariamente para

alguém. A coisa representa o fenômeno, que está velado, preso na estrutura e dinâmica da administração. Necessário se faz libertá-lo, fazê-lo ser ouvido.

Neste texto, o fenômeno (coisa) é o próprio ensaio. Foi dado apenas um pequeno passo em direção a explicitação de sua constituição. Apenas ficou evidente que ele existe, mas não se descreveu como ele é, porque ele é etc.

Agora, ao fim da exposição, o leitor já terá formado seu juízo. Talvez acredite que tenha compreendido o tema apresentado, talvez tenha dúvidas ou talvez não tenha entendido direito do que se trata. Mas dificilmente sua leitura tenha passado incólume. Em algum momento existiu um diálogo entre quem escreveu e quem leu. Pode ter sido um processo de ensino-aprendizagem, um elogio, uma bronca ou ainda uma advertência.

Em suma, ensaiar sobre o ensaio possibilita a libertação do pensamento, na busca pelos mistérios e mitos que povoam as mentes dos pesquisadores. Uma jornada sem volta.

Referências

- Adorno, T. (2003) O ensaio como forma. In: Adorno, T. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34.
- Bertero, C.O. (2011) Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 338-342.
- Boava, D.L.T., Macedo, F.M.F., & Sette, R.S. (2014) Meditações Funcionalistas: Cinco Reflexões Sobre a Administração. *Revista Administração em Diálogo*, 16 (1), 82-104.
- Burrell, G. & Morgan, G. (1979) *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann.
- Chauí, M. (2001) *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense.
- Ferraz, M.S.A. (2004) Lições do Mundo-da-Vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. *Scientiae Studia*, 2 (3), 355-72.
- Guerreiro Ramos, A. (1981) *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Husserl, E. (1970) *Expérience et jugement*. Paris, PUF.
- Husserl, E. (2002) *Crise da humanidade e a filosofia*. Porto Alegre: Edpuers.
- Kant, I. (1781) *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Meiner. Recuperado 02 janeiro, 2019, de <https://bit.ly/2UkskOp>
- Kothe, F. R. (2007) *Autoritarismo e Universidade*. [Mimeo]. Universidade de Brasília, Brasília, DF.

- Kuhn, T.S. (1962) *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- Loparic, Z. (1999) Heidegger and Winnicott. *Revista Natureza Humana*, 11 (1), 103-135.
- Meneghetti, F.K. (2011a) O que é um Ensaio-Teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 320-332.
- Meneghetti, F.K. Tréplica (2011b) O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 343-348.
- Montaigne, M. (1994) *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural.
- Popper, K.R. (1993) *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.
- Rebouças, G.M. (2008) O ensaio como reflexão metodológica para o campo jurídico. *Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito*, Salvador, BA, Brasil.
- Ricoeur, P. (1988) O discurso da acção. Lisboa: Editora 70.
- Sanseverino, A.M. (2004) V. Pequenas notas sobre a escrita do ensaio. *História Unisinos*, 8 (10), 97-106.
- Starling, H.M.M. (2004, junho 13) Ensaio capta a utopia e a dor do Brasil que não somos. *Folha de S. Paulo*.
- Tragtenberg, M. (1971) A teoria geral da administração é uma ideologia? *Revista de Administração de Empresas*, 11 (4), 7-21.